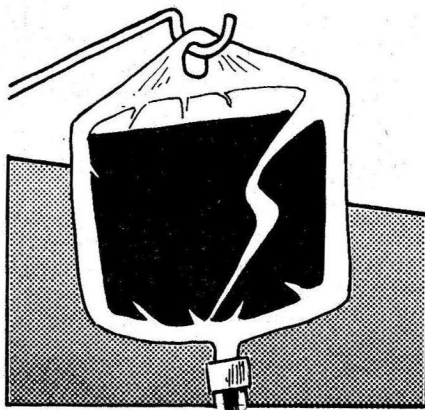


Cláudio Monteiro

O Dia Mundial de Luta Contra a Aids, amanhã, 1º de dezembro, é oportuno para que se faça uma reflexão sobre a vida, ameaçada em todos os quadrantes do mundo pela implacável proliferação desse mal que parece querer marcar a humanidade com os matizes irreversíveis da morte lenta e sofrida, neste final de século.

O advento da Aids traz ao primeiro plano das discussões a questão das transfusões de sangue, de importância vital para realização de inúmeros tipos de cirurgias, sem considerar-se aí os casos acidentais e as catástrofes que exigem soluções de emergência. Pois hoje a Aids é o grande fantasma que ronda as transfusões de sangue, principalmente em países como o nosso, que ainda não dominam a tecnologia da produção dos equipamentos adequados à prevenção de contaminação pelo vírus HIV e precisam importá-los a custos muito elevados. Consequentemente, o que se vê são milhares de bancos de sangue e hospitais do interior brasileiro expondo involuntariamente aqueles que precisam de transfusões de sangue inadiáveis a toda sorte de riscos, principalmente a Aids.

Afora isso, há o problema antigo da falta de esclarecimento sobre a doação de sangue e o temor das pessoas em submeterem-se a transfusões voluntárias, abrindo espaço para a proliferação do comércio inescrupuloso nessa área onde deveria haver muito respeito à dignidade humana. Entidades privadas têm promovido o comércio de sangue impunemente, explo-



rando seres humanos carentes, invariavelmente à beira da doença por subnutrição, tomando-lhes o sangue em troca de pequenas porções de alimento.

Quadros como esses devem ser prevenidos aqui no Distrito Federal, onde também existe carência de doadores de sangue, pois em todas as comunidades, segundo estatísticas da área hemoterápica, as necessidades de armazenamento de sangue só poderão ser supridas se tivermos cinco por cento da população fazendo doações pelo menos uma vez por ano.

É preciso implantar aqui com urgência uma política que promova a doação voluntária de sangue, pois será por meio desse trabalho que se conseguirá baixar os índices de doenças infecto-contagiosas, que são transmitidas por intermédio da transfusão sanguínea, entre as quais a Hepatite, a doença de Chagas, a Sífilis e a Aids.

O surgimento da Aids tornou dramáticas as transfusões de sangue, mais do que quaisquer outras doenças

já conhecidas colocando em risco não apenas a saúde daqueles que recebem doações sem o devido controle, mas expondo-os inevitavelmente à morte. Atualmente, no Brasil, os casos de Aids após transfusões estão em torno de oito por cento e no caso local do Distrito Federal, graças a um rígido controle exercido pelo Hemocentro de Brasília, não temos ainda nenhum caso de doença proveniente de transfusões realizadas na rede pública de saúde.

Brasília tem o dever de fazer um rigoroso exame do sangue usado nos hospitais locais, por hospedar aqui autoridades das representações diplomáticas de todo o mundo e as autoridades dos poderes da República. Nosso hemocentro como órgão do Instituto de Saúde não é autônomo, obrigando a Fundação Hospitalar a despender dez por cento do seu orçamento terapêutico com a importação de sangue e hemoderivados, exigindo atualmente recursos da ordem de 1,3 milhão de dólares mensais só com a importação de albumina humana. Agora, a partir da aprovação de projeto de lei de minha autoria na Câmara Legislativa, conferindo ao nosso hemocentro a condição de Fundação, será possível realizar um trabalho científico à altura das necessidades da capital do País, alocando recursos de diversas fontes, públicas e privadas, tanto daqui quanto de entidades internacionais e governos estrangeiros.

■ Cláudio Monteiro é deputado distrital pelo PDT